



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 22 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO	
EDITORIAL	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
FRENTE & PERFIL	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Efeitos	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Patrimônio natural, histórico e cultural.....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Camex	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
STF	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
sim & não	8
OPINIÃO	
A CRITICA	
PROJETOS ESTARÃO NA 'CASA COR'	9
CIDADES	
A CRITICA	
PADRÃO DE REFERÊNCIA	10
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Brecha' permite empresas pagarem menos imposto que fabricante local	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Factoring movimentada por mês até R\$ 200 milhões no Amazonas	12
ECONOMIA	

CAPA

Granito e mármore dão viabilidade econômica para Santo Antônio do Matupi

Foto: Raimundo Lopes



Respondendo por 58% da receita de Manicoré e detentor de um dos maiores rebanhos bovinos do Estado, o distrito de Santo Antônio do Matupi, localizado na região do rio Madeira, àguarda a emancipação. Além da pecuária forte, o distrito também possui importantes jazidas de granito e mármore que o viabilizam economicamente, segundo o deputado Tony Medeiros, presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Aleam.

Página A3

EDITORIAL

Bacalhau amazônico e potencial econômico de nichos sustentáveis

A fama do nosso pirarucu como “bacalhau amazônico” vai se concretizar, finalmente. O Governo do Estado anuncia para o próximo dia 25 a inauguração da primeira indústria de bacalhau da Amazônia e da América do Sul, na cidade de Marará (a 635 quilômetros de Manaus), com

capacidade para processar até 1,5 mil toneladas de pescado por ano.

Hoje se sabe que o bacalhau já não é apenas um peixe salgado, pois se trata de um subproduto gerado por meio do processo de beneficiamento da salga, nos moldes do que ocorre com o bacalhau europeu, sendo atualmente utilizadas cinco espécies de peixes. O pirarucu (*Arapaima gigas*), o sexto, e gera um produto de excelente qualidade.

A nova indústria amazônica, apesar de pequena vai gerar apenas 150 empregos diretos, porém sustentará a atividade de 5 mil ribeirinhos na região do entorno da RDS Mamirauá, que produz 85% do pirarucu ma-

nejado do Amazonas, nos municípios de Marará e Fonte Boa, cuja unidade beneficiadora está em fase de conclusão.

As duas fábricas terão capacidade para processar anualmente até 4,5 mil toneladas de pirarucu e outros peixes e se cada tonelada de bacalhau for vendida a R\$ 25 mil, o faturamento das duas indústrias alcançará algo em torno de R\$ 112,5 milhões, o equivalente a duas vezes o orçamento anual dos dois municípios.

Trata-se de um passo fundamental na questão da sustentabilidade amazônica, e que demonstra o potencial socioeconômico de nichos específicos, a maioria dos quais ainda esquecidos pelas políticas públicas.

FRENTE & PERFIL

SEGURANÇA

No segundo dia do Seminário Internacional de Zonas Francas, na cidade de Letícia (Colômbia), o representante do Ministério da Justiça, Aldenor de Souza e Silva, revelou que o governo brasileiro tem demonstrado preocupação com o fortalecimento da cooperação em segurança pública nas áreas de fronteira.

Efeitos

Comércio sente reflexos da crise econômica mundial

Pesquisa mais recente da Fecomércio mostra que o setor varejista fechou junho com queda de 3,21% nas vendas brutas

POR LUANA GOMES

Ao contrário das indústrias do PIM (Polo Industrial de Manaus), que não devem ter agravamento da crise internacional de acordo com seus dirigentes, o comércio da região já sente os primeiros reflexos da instabilidade mundial.

Embora não signifique uma recessão do mercado local, o cenário não está muito favorável, segundo declaração do vice-presidente da Fecomércio (Federação do Comércio do Amazonas), Aderson Frota. "Já tivemos um crescimento menor como prova disso", destacou.

Pesquisa mais recente da Federação mostra que o setor varejista fechou junho com queda de 3,21% nas vendas brutas, em comparação a maio. Consequentemente, o faturamento anotado expôs uma variação negativa de 3,74%.

Na época, Frota avaliou que, apesar da situação ainda ser estável, havia necessidade de se preocupar

com o futuro do segmento, ainda mais com a queda na produção industrial, cujo índice foi o segundo mais baixo no sexto mês do ano, quando comparado ao mês imediatamente anterior (-3,7%), de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Por sinal, em virtude do menor ritmo de expansão das vendas varejistas, das operações de crédito e da fabricação industrial, a economia da região Norte tem apresentado moderação, segundo o Boletim Regional divulgado pelo BC (Banco Central). De acordo com a análise, o decréscimo da economia brasileira permanece sob influência do cenário exterior.

Em virtude disso, o levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que a confiança dos empresários atingiu 56,4 pontos em agosto, 3,2 pontos abaixo da média histórica de 59,6 pontos. De acordo com o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Gaitano Antonaccio, a pesquisa também reflete a situação local, que tem registrado uma queda no consumo, "acautelando os comerciantes".

O estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre a situação do Brasil frente a crise determina que "é uma oportunidade para suavizar a política monetária", com



Foto: Walter Mendes

Comércio de Manaus começa a sentir baixa na movimentação, indicando percepção de reflexos da crise econômica internacional

a redução da taxa Selic, atualmente estabelecida em 12,50% ao ano. Segundo o Instituto, a inflação não pa-

rece ser mais um problema e a queda nos juros básicos seria uma forma de estimular a demanda.

Por dentro

PIM sem risco

Em declaração anterior ao *Jornal do Commercio*, o diretor-executivo da Federação, Flávio Dutra, afirmou que ainda não foram sentidas consequências graves que afetem o desempenho do Polo. No entanto, de acordo com sua avaliação, "a perspectiva dos próximos meses será ditada pela reação do mercado, que é o que determina o nível de produção da indústria".

Se for assim, então o PIM está fora de risco. Isto porque o estudo do Ipea detalha que a economia brasileira não está mais aquecida, o que afasta o risco de uma freada brusca, e a inflação está aparentemente sob controle.

Patrimônio natural, histórico e cultural



Amazonidades

OZÓRIO FONSECA

Todas as pessoas eticamente comprometidas precisam lutar pela preservação do patrimônio natural, histórico e cultural do Estado do Amazonas, se opondo aos dilapidadores que são, em sua quase totalidade, pessoas cujo único objetivo é auferir as vantagens econômicas permitidas pela Zona Franca, sem qualquer interesse em conhecer e preservar nossa história natural e humana. Alguns heróis da resistência, vez por outra encontram espaço na mídia para denunciar os atentados contra nosso patrimônio, constituído por bens materiais e imateriais que são os alicerces de nossas amazonidades e de nossa identidade cultural. Por todos os cantos de Manaus, onde as marcas de nossa natureza e de nossa história ainda resistem, é possível ver os ataques criminosos contra nossos bens naturais e culturais.

Atentado contra a história

Um exemplo emblemático acontece na margem direita do rio Negro cujas terras altas não foram atingidas pela transgressão marinha de 5-6 mil anos atrás, permitindo a preservação de uma área com vestígios de uma antiga comunidade que estão sendo depredados. Um ex-governador mandou

construir um acesso ao local a partir da estrada para Manacapuru e o ramal abriu um corte em um morrote expondo duas urnas indígenas.

Arqueólogos ligados às Universidades públicas locais, com a colaboração de cientistas nacionais e estrangeiros, vêm estudando aquele local, mas as dificuldades financeiras e humanas impostas à pesquisa científica são muito grandes. Como se não bastassem os obstáculos inerentes à investigação científica, algum tempo atrás um colaborador estrangeiro do projeto foi assassinado em um restaurante da margem da estrada e esse crime apagou uma parte importante do conhecimento sobre o nosso passado.

Ignorância destruidora

Em uma de minhas visitas àquele local, iniciei uma conversa com os moradores da área e perguntei sobre as urnas e um deles contou que na semana anterior, trabalhando em um roçado ele e os amigos acharam uma "bem grandona". Contou ainda que depois do trabalho, para relaxar, começaram a beber "umas e outras" o que levou à

exaltação dos ânimos e a uma discussão que transformou a urna em pedaços arremessados entre os grupos rivais.

A destruição pelos "cultos"

Na semana passada os jornais noticiaram que um juiz "autorizou" a construção do Porto das Lages seguindo a trilha deixada pelo Instituto do

tamente como acontece em todos os portos do mundo.

Não li o processo julgado pelo magistrado e pelos "big shots" do governo, mas sei que sua origem está enovelada por uma gorda doação monetária feita para uma fundação criada por um ex-governador, que transferiu para uma Ong as responsabilidades do poder público de garantir o desenvolvimento e a preservação de nossa natureza.

Ao contrário da depredação das urnas, esse outro atentado contra o patrimônio natural e cultural tem motivações econômicas que são ambientalmente nefastas. Os caboclos que destruíram a urna indígena o fizeram por absoluta ignorância, o assassino que matou o cientista deve andar solto por aí, os "big shots" do governo não têm autoridade nem coragem para priorizar o meio ambiente contrariando os interesses econômicos e políticos. No caso da decisão judicial,

penso que a "sentença" foi dada por um juiz que não conhece (ou esqueceu!!) as bases teóricas que podem embasar uma decisão sob a perspectiva de uma hermenêutica socioambiental.

A ignorância e a violência até podem atenuar a gravidade dos crimes ambientais, mas os executivos e o magistrado que provavelmente já viajaram pela Europa, deveriam saber como é importante preservar o patrimônio público que deve estar sempre muito acima dos interesses privados.

Não entendo e não quero entender as leis e as atividades forenses; não conheço e não quero conhecer o processo administrativo e jurídico, mas estudei bastante o processo de evolução geológica, geográfica e humana do meu Estado, o que me dá o direito de considerar um atentado contra os antepassados e as gerações futuras, o desrespeito contra nosso patrimônio histórico e cultural.

Ao contrário da depredação das urnas, esse outro atentado contra o patrimônio natural e cultural tem motivações econômicas

Patrimônio Histórico e pelo órgão ambiental do Estado (e o município não diz nada?), consolidando outro atentado contra um inestimável patrimônio natural - o Encontro das Águas - que constitui uma paisagem única e um cenário belíssimo que vai ser maculado por sabe lá quantos navios ancorados a espera de lugar para atracar, exa-

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca. ozorio@netium.com.br

Camex

Unificação de regras favorece empresas do Polo Industrial

Câmara de Comércio Exterior começa, nesta semana, a revisão com ajustes de todo o regulamento do comércio exterior

POR JULIANA GERALDO

Na próxima semana, a Camex (Câmara de Comércio Exterior) começa a revisão de todo o regulamento do comércio exterior. O objetivo é criar até o final do ano a primeira versão de um documento unificado que trate sobre as questões de importação e exportação no Brasil. Apesar de ainda não possuir detalhes sobre as mudanças, a expectativa de economistas especializados no setor industrial entrevistados pelo *Jornal do Commercio* é de que a unificação seja favorável para as fábricas do PIM.

"Não há dúvidas de que o PIM como o quinto polo industrial do país venha a se beneficiar de regras novas que estejam unificadas num só documento propiciando uma relação bem mais transparente perante os importadores", defendeu o consultor econômico José Laredo.

No entanto, segundo ele, os efeitos maiores se darão na economia brasileira como um todo e não deverá afetar especificamente as indústrias do Polo nes-

se primeiro momento.

Já o economista e professor da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Francisco de Assis Mourão, alerta que mudanças apenas de natureza fiscal não são suficientes. De acordo com ele, a grande expectativa é de que a revisão venha acompanhada de investimento da infraestrutura portuária e demais vias de acesso para escoamento do produto. "Nossa restrição de infraestrutura no Amazonas é muito séria. Sem resolver isso, as alterações, quaisquer que sejam, não serão válidas", criticou.

Importações

Em relação às importações, Assis Mourão aposta nas medidas para dificultar a entrada de produtos a preços muito baixos.

Laredo acrescenta que alguns segmentos, como o de ar-condicionado split, são os que mais têm sofrido com essa prática devido à importação de produtos prontos da China. "No momento as importações de produtos prontos estão abalando o setor no PIM que conta com uma boa base industrial de mais de

duas décadas com um PPB (Processo Produtivo Básico) devidamente regulamentado", explicou.

Essa situação ocorre porque, de acordo com ele, as indústrias procuram reduzir seus gastos de insumos ao máximo para compensar os enormes custos de logística. "Como os insumos chineses têm evoluído em termos de qualidade e tecnologia, não tem saída se não importar, a não ser que o governo resolva sobretaxar mais a cadeia de insumos para estancar esse frenesi geral dos importados, o quadro continuará o mesmo".

Além disso, existe ainda um problema interno a ser resolvido. "Alguns Estados estão se beneficiando de brechas na interpretação da legislação federal já definida pelo Supremo como inconstitucional. Essa situação terá um fim assim que o PIM receber esse novo aval do tribunal, para que esses incentivos especiais sejam retirados e não venham a mascarar as VTC's (Vantagens Tributárias Comparativas) do modelo em relação a outros locais do país", encerrou.

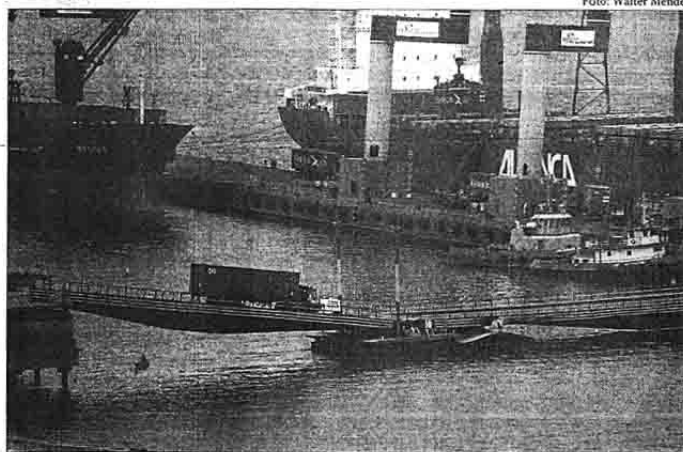


Foto: Walter Mendes

Novas regras visam equilibrar exportações, mas precisam atentar para deficiências estruturais

Dados

Amazonas

Importações até julho

US\$ 7.3 bilhões (24% a mais na comparação com o mesmo período do ano passado).

Exportações até julho

US\$ 491.9 milhões (retração de 25% ao registrado entre janeiro e julho de 2010).

STF

Empresários aceitam aumento do aviso prévio para até 90 dias

Os empresários da indústria, agricultura e comércio se uniram para dizer ao STF (Supremo Tribunal Federal) que aceitam que o aumento do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço seja de até 90 dias.

Atualmente, as empresas concedem 30 dias. Mas em junho, o STF decidiu que o tribunal irá regulamentar, temporariamente, o artigo 7º da Constituição. Ele prevê o "aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo mínimo de 30 dias".

Em reunião nesta semana com o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, as confederações nacionais da indústria, transportes, comércio, agricultura e do

sistema financeiro disseram que aceitam a manutenção do prazo atual e o

Atualmente, as empresas concedem 30 dias. Mas em junho, o STF decidiu que o tribunal irá regulamentar o artigo 7º da Constituição

acréscimo de três dias por ano trabalhado.

Essa proposta, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), só te-

ria um limite de 20 anos. Com isso, uma pessoa que trabalhou durante esse período em uma empresa teria direito a 90 dias de aviso prévio.

As confederações também apresentaram outro projeto ao ministro Gilmar Mendes. Eles querem que seja mantido o prazo de 30 dias e acrescentado um dia por ano trabalhado. Sendo assim, se uma pessoa trabalhou em uma empresa por 10 anos, por exemplo, ela teria direito 40 dias de aviso prévio.

Os empresários ainda pediram que o STF não aplique o aviso prévio proporcional aos micro e pequenos empresários.

sim & não

Suframa vira “presente de grego”

Antes cobiçada por partidos e políticos, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) se transformou em um verdadeiro “presente de grego”. Cogitada para deixar a superintendência do órgão, Flávia Grosso tem sentido na carne os efeitos das investidas do Governo Federal contra a Suframa. No PSB, partido da base aliada e còtado para assumir a autarquia, já existe o sentimento de que herdar a Suframa não seria um “bom negócio” num momento tão vulnerável.

PROJETOS ESTARÃO NA 'CASA COR'

Filha de Romário testa FPF Soccer e Acessing Mouse

Desenvolvidos pela 'Paulo Feitosa', dispositivos ajudam especiais na acessibilidade digital

CAROLINA SILVA
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Sorridente e muito à vontade, a pequena Ivy, de 6 anos, testou pela primeira vez, antes do lançamento na Casa Cor Amazonas 2011, o *Acessing Mouse* e o *FPF Soccer*. A filha e a esposa do ex-jogador de futebol e atual deputado federal (PSB-RJ) Romário vieram a Manaus no último sábado, 20, exclusivamente para realizar os testes na sede da Fundação Paulo Feitosa, no Distrito Industrial, Zona Sul. Os projetos estarão expostos no espaço "Romário Especial".

De acordo com o gerente de projetos da fundação, Rogério Caetano, uma equipe de sete pessoas trabalhou no desenvolvimento dos dois dispositivos, que foram finalizados três anos depois do início das pesquisas voltadas para a acessibilidade digital às pessoas com necessidades especiais. "O *Acessing Mouse* agrega o acesso ao computador por meio das imagens da face, isto é, a webcam pega a imagem do rosto e o *software* processa essas imagens e com movimentações da cabeça para esquerda, para direita, para cima ou para baixo, a pessoa consegue controlar a movimentação do cursor do *mouse*. E com a abertura da boca ela consegue fazer o clique", explica Caetano sobre o funcionamento do dispositivo.

Além do *mouse* controlado pelo movimento da cabeça que obedece aos comandos da boca, a fundação também desenvolveu um teclado virtual para acompanhá-lo e que é direcionado para a pedago-

O espaço

O espaço "Romário Especial" é alusivo à luta do ídolo nacional pela inclusão social. Para montar o ambiente, idealizadoras do projeto fizeram pesquisa de três meses para planejar um espaço que contribua na educação de crianças com necessidades especiais.

gia infantil. "No teclado virtual, a criança clica nas teclas e gera uma letra como se fosse um teclado padrão. Também fomos agregando outras funcionalidades como áudio, imagem que são fundamentais para ajudar na alfabetização", destacou o gerente do projeto.

Sobre o *FPF Soccer*, um jogo de realidade ampliada de futebol que integra a realidade e elementos virtuais, o coordenador do projeto, responsável pelo desenvolvimento do *software*, Marcelo Belão, explica que nesse aplicativo a criança interage a sua imagem com o ambiente virtual. "O objetivo é fazer gols. A câmera reconhece onde o jogador está e a ideia é cabecear a bola. E tem um goleiro para defender." O coordenador também ressalta que com esse tipo de avanço será possível driblar os obstáculos que pessoas portadoras de necessidades especiais têm para acessar o computador. "Esse é um dos principais objetivos. Nos dias de hoje, o computador é uma ferramenta muito poderosa para o aprendizado e entretenimento também", concluiu Marcelo Belão.



Ney Mendes

Ivy este sábado, em Manaus, testando equipamentos que ainda serão lançados

Destacada importância de aplicativos

A mãe de Ivy, Isabella Bittencourt, acompanhou de perto a adaptação da filha, que é portadora de Síndrome de Down, aos dois aplicativos e destacou o desenvolvimento dos dois projetos da fundação como um progresso no que diz respeito à contribuição para a acessibilidade dessas crianças à tecnologia. "É interessante e importante esses aplicativos para desenvolver o cognitivo da criança, e não só daquelas com

síndrome, como a Ivy, mas também de crianças sem limitações."

Isabella ressaltou que é um estímulo indispensável para que a criança tenha uma boa relação com o meio social. "No caso da Ivy, desde os dois meses de idade trabalhamos isso com ela e hoje é uma criança muito esperta." A arquiteta do projeto, Rossana Figueiredo, destacou que o diferencial do ambiente dedicado a Ivy é oferecer um espaço acessível a todos.

PADRÃO DE REFERÊNCIA

O risco de investimentos

> A dívida dos EUA vai crescer ainda mais, sob pena de tornar-se insustentável, perdendo a preferência de baixo risco;

> O sistema financeiro internacional conta com um padrão que serve de referência para terminar o grau de risco de investimentos;

> Se o padrão que serve de referência começa a mudar, ele deixa de ser confiável, portanto, começa a gerar crises financeiras.

Todas as medidas de peso do mundo se baseiam num padrão para calibrar as suas escalas. Se o padrão que serve de referência começa a mudar, ele deixa de ser confiável e, portanto, começa a criar confusão. Veja o caso do padrão quilograma, por exemplo.

A variação dessa medida é tão pequena ao longo do tempo que não causa nenhum problema nas escalas que a adotam como referência.

Além do mais, se necessário, resta tempo suficiente para criar outro padrão ainda mais confiável.

No entanto, em outro caso, como o risco creditício, a variação é muito grande e o tempo necessário para encontrar uma nova medida é muito limitado.

O PADRÃO DE RISCO

O sistema financeiro internacional conta com um padrão que serve como referência para determinar o grau de risco de investimentos financeiros.

É habitualmente aceito que esse padrão seja aquele investimento considerado como de

Posição do Brasil

Na escala de 1 a 10 (que vai de AAA até BBB- ou Baa3), os países são classificados como grau de investimento. O Brasil ocupa a nona posição pela classificação da Fitch e Moody's e a décima posição pela Standard and Poor's.

mais baixo risco: eles são os títulos do tesouro dos Estados Unidos.

A estes títulos são atribuídos a classificação de "risco zero", a qual significa que aqueles que comprarem esses títulos têm 100% do investimento garantido.

A partir disso, são classificados os demais investimentos, tanto aqueles que são oferecidos por outros países como por empresas.

Daí a importância da existência de agências de rating como Moody's, S & P e Fitch.

Essas agências utilizam uma escala que vai de AAA (o investimento de mais baixo risco e de alta qualidade) a C ou até mesmo D, para aquelas dívidas que são con-



sideráveis impagáveis, portanto de alto risco e de baixa qualidade.

COMPARABILIDADE DE CLASSIFICAÇÃO

Há outros países cuja dívida é considerada tão sólida como a dos EUA e, portanto, são classificados como AAA. Esses países são: Alemanha, França, Inglaterra, entre outros.

Na segunda escala estão aquelas dívidas ranqueadas como BBB, portanto, de maior risco que a dos EUA, porém com qualidade média.

Nesta categoria estão países como Colômbia, Chile, México e Brasil.

Há outros vizinhos do Brasil que são considerados de maior risco, como é o caso da Venezuela e Argentina, por exemplo.

Esse velho sistema tem funcionado bem, mas de repente começou a apresentar sinais de enfraquecimento, podendo ruir de uma hora para outra.

Os títulos do tesouro dos EUA - o padrão de investimentos considerados de risco zero - começam a mostrar alguma fraqueza.

Isso tem ocorrido devido à enorme dívida daquele país que, se continuar crescendo, pode se tornar impagável.

Isso fez com que uma das grandes agências de rating colocasse esses títulos sob cautela, diminuindo sua classificação.

Há alguns anos, isso era algo impensável. Ou seja, o padrão que serve de base para a medição de outros investimentos pode não ser mais confiável!

INCERTEZAS

Provavelmente, algumas pessoas que são interessadas nestas questões estão pensando que o problema foi resolvido com a decisão do Congresso dos Estados Unidos em aumentar o teto da dívida daquele país, mas a realidade é diferente: o aumento do teto da dívida irá piorar a situação.

A dívida vai crescer ainda mais e pode se tornar realmente insustentável.

Quando isso acontecer, as agências de classificação não terão outra escolha a não ser rebaixar a classificação dos títulos.

Isso pode desencadear uma grande crise financeira mundial.

Se o padrão de referência, aquele que é considerado de "risco zero", deixa de ser confiável, como é que os outros investimentos serão medidos?

O QUE FAZER

Como poderemos fazer comparações? Quanto a isso, parece óbvio que ao cair a classificação dos EUA, todos os títulos dos demais países também vão cair, mas em que proporção?

Isso só fará com que se criem mais incertezas quanto às decisões de investimentos.

Portanto, se você está pretendendo em se aventurar nesse mercado é melhor se preparar educando-se financeiramente, pois o risco de investimento diminui na medida em que o nível de escolaridade do investidor aumenta.

'Brecha' permite empresas pagarem menos imposto que fabricante local

▶ Produto chega mais barato em relação ao da indústria que emprega mão de obra no Brasil

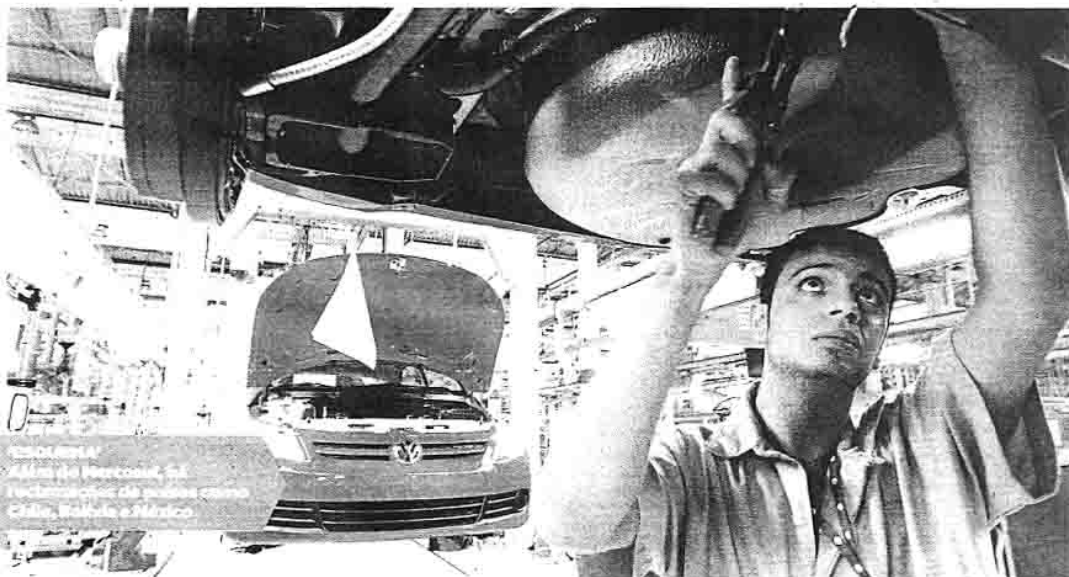
TEXTO Agência Estado
FOTO Clayton de Souza/AE

SÃO PAULO

Vários setores estão sofrendo com a concorrência de empresas que se instalam no Mercosul para utilizar brechas nas regras do bloco e pagar menos imposto. O objetivo é vender no Brasil, mas transferir parte da produção aos vizinhos garante vantagens que tornam o produto mais competitivo que o fabricado localmente.

Ao se estabelecer na Argentina, no Uruguai ou no Paraguai, empresas brasileiras e multinacionais obtêm benefícios como importar insumos sem pagar tarifa de importação e isenção de Imposto de Renda. Além disso, aproveitam a guerra fiscal no Brasil e trazem o produto por portos que cobram menos Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Como os países do Mercosul integram um mercado comum, os produtos circulam sem pagar impostos. Também há reclamações contra Chile, Bolívia e México, nações com as quais o Brasil mantém acordos que permitem a movimentação de mercadorias sem taxas



Fabricantes de automóveis, como a Volkswagen, que chegou a ter **80% de nacionalização** no ano passado, sofrem com as brechas usadas por concorrentes na área de livre comércio do continente sul-americano

CONTEXTO

1 Para circular no Mercosul, um automóvel pode ter menos de 2% de peças fabricadas na região. Mesmo que a regra estabeleça 60% de conteúdo regional, a conta inclui de publicidade até viagens pagas a jornalistas para eventos das empresas.

2 Com este recurso, cresce o índice de partes importadas livremente, o que tira a competitividade de quem tem índices de nacionalização maiores. No Brasil, por exemplo, as montadoras chegam a ter 77% de nacionalização.

aduaneiras. O esquema se repete nos setores químico, automotivo, têxtil, siderúrgico e máquinas. São máquinas da Argentina, carros do Uruguai, lençóis do Paraguai, chapas de aço do México.

O governo está investigando e punindo fraudes na origem do produto quando ocorre "maquiagem" - o valor agregado dentro do Mercosul

é menor que o exigido. No entanto, se as empresas utilizam brechas do bloco, o Brasil fica de mãos atadas.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), tecidos de origem da China, Paquistão e Índia recebem uma costura no Paraguai e se tornam lençóis, entrando no Brasil sem tarifa de importação.

Factoring movimentada por mês até R\$ 200 milhões no Amazonas

▀ Negócio de compra de recebíveis cresce a reboque das prestadoras de serviços da indústria

TEXTO Beatriz Gomes
FOTO Arlesson Sicsú

MANAUS

O mercado de factoring movimentou até R\$ 200 milhões mensais no Amazonas com a compra de títulos de empresas. Por ano, são R\$ 2,4 bilhões.

Diferente dos bancos e financeiras, as factorings ganham em cima do deságio do valor dos títulos de dívidas das empresas. A atividade fomenta, principalmente, pequenas e médias empresas que prestam serviços ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

São cerca de 50 empresas do ramo que atuam no Amazonas, de acordo com o presidente do Sindicato de Factoring do Estado (Sinfac/AM), Mario Gomes.

"Essas empresas movimentam de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões por mês no Estado", afirma Gomes. O sindicato possui 16 associadas com estimativa de chegar a 20 filiadas até o fim do ano.

Esse mercado, que possibilita a venda de créditos gerados a partir das vendas a prazo, cresce a uma média de 9,5% ao ano e emprega em torno de 400 funcionários no Estado. Na comparação com o mercado nacional, a participação local ainda é pequena.

Em todo o País, o segmento movimentou R\$ 4 bilhões ao ano e, neste cenário, a participação do Amazonas varia de 3% a 4%, de acordo com o presidente da entidade.

Em geral, o crescimento deste mercado se dá quando a economia está aquecida, pois cresce a necessidade de capital de giro, principalmente para pequenas empresas.

Diferenças

As operações de factoring não trabalham com dinheiro de terceiros, como fazem os bancos ao oferecer empréstimos, mas o ganho se dá sobre

FRASE



Mario Gomes.
Presidente do Sinfac/AM

Essas empresas movimentam de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões por mês no Estado"

Sobre o mercado de factoring.

o deságio da compra de um título, conforme explica o presidente do Sinfac/AM, Mario Gomes. "Se a empresa tem um título de R\$ 100 mil para vencer em 30 dias, por exemplo, a factoring recebe o título e paga por ele R\$ 97 mil à empresa. Desta forma temos rentabilidade", diz.

Como fomentadora aos demais empresários, a atividade de factoring acaba trazendo incremento à economia. O comerciante que vende a prazo precisa de capital para comprar insumos e mercadorias e, para isso, vende os títulos para conseguir capital.

"Por isso as factorings também são chamadas de sociedades de fomento mercantil, pois incrementam o comércio com capital às empresas", afirma.

Pequenas e médias estão crescendo bastante e são as que mais contratam os serviços de factoring no Amazonas. Por ser o mercado mais atuante no Amazonas, o Polo Industrial comercializa muitos títulos entre as empresas. "As indústrias de Manaus contratam muitos serviços terceirizados, e essas empresas que prestam serviços são os nossos principais clientes", aponta Gomes.



Presidente do Sinfac/AM, **Mario Gomes**, destaca o papel dos micro e pequenos empresários na busca pelo fomento mercantil

CRÉDITO

Rapidez na negociação é forte atrativo

A rapidez nas decisões das operações nas factorings é um dos principais atrativos para os clientes, de acordo com o presidente do Sinfac/AM. "No banco, a aprovação de capital de giro é bem mais demorada. Na factoring, em vez de pagar taxas, o empresário paga o deságio da dívida. Por isso sai mais caro vender títulos, pois trabalhamos em cima dos recebentes, mas é de uma forma rápida", completa. As factorings trabalham com vários tipos de produtos como as compras de duplicatas e cheques pré-datados, adiantamento para compra de matéria-prima e também empréstimos. Com o aquecimento da economia, a taxa de inadimplência também acaba crescendo, afetando as fomentadoras. A taxa de inadimplência atual no segmento chega a 2% ao mês, enquanto deveria ser menor que 1%, informa o Sinfac/AM. Pela inadimplência, o empresário que vendeu o título é corresponsável, por lei, para que seja forçado a ter maiores critérios na hora de vender um bem ou serviço de forma parcelada.

MAIS DADOS

PAGAMENTO

TAXAS VARIAM CONFORME RISCO

Nas operações de factoring, a burocracia é menor do que nos bancos e a liberação dos recursos chega a ser mais rápida, mas os clientes devem estar atentos às taxas de juros em ambos os casos.

